S.R. DA ECONOMIA
Despacho n.º 1000/2011 de 22 de Setembro de 2011

Considerando que pelo despacho n.º 890/2005, de 26 de Julho, publicado no *Jornal Oficial*, II série n.º 30, de 26/07/2005, a sociedade por quotas “Oliveiras, Lda.”, com sede em Vila Pann, Pópulo de Cima, freguesia do Livramento, concelho de Ponta Delgada, com o NIPC 512 006 318, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o 751, adiante designada por promotor, foi beneficiária, ao abrigo do Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL), do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), de um incentivo financeiro sob a forma de subsídio não reembolsável no valor de €74.820,52 (setenta e quatro mil oitocentos e vinte euros e cinquenta e dois cêntimos), para a execução do projecto de investimento seleccionado para apoio no montante global de €149.641,04 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e quarenta e um euros e quatro cêntimos);

Considerando que em 22/11/2005, entre a Região Autónoma dos Açores e o promotor acima identificado, foi celebrado um contrato de concessão de incentivos financeiros no âmbito do SIDEL, para a execução do projecto de investimento aprovado pelo despacho supracitado;

Considerando que o prazo de execução do projecto de investimento decorreu entre 01/12/2005 e 30/06/2007 – cf. n.º 1 da cláusula 4.ª do contrato e respectivo aditamento, sem que o promotor tenha apresentado os documentos necessários ao encerramento do mesmo, apesar de diversas vezes interpelado para o efeito pela Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada;

Considerando que o promotor está, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 21.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2001/A, de 6 de Junho, e da alínea d) da cláusula 8.ª do contrato obrigado a entregar, nos prazos estabelecidos, todos os elementos que lhe forem solicitados pelos organismos competentes ou entidades devidamente mandatadas para o efeito para proceder à fiscalização e acompanhamento do projecto;

Considerando que o não cumprimento das obrigações previstas no contrato é fundamento para a rescisão do contrato de concessão de incentivos, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2000/A, de 10 de Agosto, e na alínea d) do n.º 1 da cláusula 9.ª do contrato de concessão de incentivos;

Considerando que o promotor foi, nos termos legais, notificado da proposta de rescisão para, querendo, pronunciar-se;

Considerando que o mesmo nada disse, apesar de estar comprovado que tomou conhecimento dessa notificação;

Considerando que do incentivo concedido não foi paga qualquer quantia ao promotor ao abrigo deste contrato, pelo que não existe a obrigação de reposição;

Assim,

Determino, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2000/A, de 10 de Agosto, e da alínea d) do n.º 1 da cláusula 9.ª do contrato de concessão de incentivos financeiros, o seguinte:

- Rescindir o contrato de concessão de incentivos financeiros celebrado em 22/11/2005, entre a Região Autónoma dos Açores e a sociedade por quotas “Oliveiras, Lda.”, com sede em Vila Pann, Pópulo de Cima, freguesia do Livramento, concelho de Ponta Delgada, com o

NIPC 512 006 318, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o 751, no âmbito do Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL), do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), para a execução do projecto de investimento seleccionado para apoio pelo despacho n.º 890/2005, de 26 de Julho, publicado no *Jornal Oficial*, II série n.º 30, de 26/07/2005, com fundamento no não cumprimento das obrigações previstas no contrato, porquanto apesar de diversas vezes interpelado pela CCIPD para entregar os documentos necessários ao encerramento do projecto, os mesmos nunca foram apresentados, não tendo sido comunicada qualquer alteração ou ocorrência que pudessem ter posto em causa os pressupostos relativos à aprovação do projecto, em violação do disposto na alínea d) da cláusula 8.ª do contrato, conjugado com as alíneas c) e d) do artigo 21.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2001/A, de 6 de Junho.

13 de Setembro de 2011. - O Secretário Regional da Economia, *Vasco Alves Cordeiro*.